Os petroleiros do Rio de Janeiro e a questão do monopólio estatal do petróleo (1987-1988)

The oil workers of Rio de Janeiro and the question of the state oil monopoly (1987-1988)

Jhulye dos Santos Passarelo
Bacharela e Licenciada em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, ORCID: https://orcid.org/0009-0003-6359-1143, E-mail: jhulyepassarelo@gmail.com

Recebido em: 19/01/2024 / **Aceito em:** 29/05/2024
DOI: 10.12660/rm.v16n25.2024.90621

Resumo

Na presente nota de pesquisa, comunico minhas investigações sobre as atividades reivindicatórias de petroleiros do Rio de Janeiro em 1987 e 1988, focalizando a participação desses atores nas discussões nacionais sobre o monopólio estatal do petróleo. Mobilizando as categorias de *repertório,* de Charles Tilly (1995)*,* e *experiência,* de E. P. Thompson (1981) como ferramentas teóricas de análise, apresento as principais pautas dos petroleiros do RJ nos anos investigados, suas estratégias de reivindicação e a atuação nas disputas nacionais em torno do petróleo, que se manifestou, dentre outras formas, em participação no *processo constituinte.*

Palavras-chave: Petroleiros; Petrobras; Rio de Janeiro; Mobilizações; Processo Constituinte.

Abstract

In this research note, I report my investigations on the protest activities of oil workers from Rio de Janeiro in 1987 and 1988, focusing on the participation of these actors in the national discussions about the state monopoly of oil. Mobilizing the categories of repertoire, by Charles Tilly (1995), and experience, by E. P. Thompson (1981), as theoretical tools of analysis, I present the main agendas of the oil workers from Rio de Janeiro in the years investigated, their strategies on making demands and their performance in the national disputes around oil, which manifested, among other ways, in participation in the constituent process.

Keywords: Oil workers; Petrobras; Rio de Janeiro; Mobilizations; Constituent Process.

Introdução

"O petróleo é nosso!" defenderam os nacionalistas, em final dos anos 40, sustentando a chamada *Campanha do Petróleo,* que reuniu adeptos não apenas entre os ocupantes de cargos políticos, mas alcançou visibilidade junto a outros segmentos da sociedade. Criado em 1948, O *Centro de Estudos e Defesa do Petróleo da Economia Nacional* (CEDPEN)[1] atuou na campanha, tendo papel ativo na oposição ao chamado Estatuto do Petróleo, que previa a possibilidade de participação da iniciativa privada (de dentro e de fora do país) nas atividades petrolíferas (Lamarão; Pinto, 2009; Cohn, 2017, p. 115-126). Décadas depois, em 1987, "O Petróleo é Nosso" ressurgia, mobilizando diferentes atores e indicando que as atividades no ramo do petróleo persistiam cindindo opiniões (Scaletsky, 2003, p. 115-116).

A compreensão das especificidades conjunturais dos anos 1980 constituiu-se parte fundamental da pesquisa aqui apresentada. Inaugurada por crise econômica relacionada à problemática internacional do Petróleo, a década de 1980 foi um momento de reconfiguração no Brasil.[2] Nela, ganhou destaque a oposição às empresas estatais: "Essas décadas [1980 e 1990] inauguraram a construção da crítica às estatais e a tentativa dos governos militares de produzirem decretos-leis que possibilitassem privatizações futuras", afirma Carlos Lucena (2004, p. 55). No que diz respeito à Petrobras, as iniciativas do governo merecem atenção. O pesquisador Eduardo Carnos Scaletsky (2003, p. 102) argumenta que, entre anos de 1985 e 1990, a Petrobras foi cotada como instrumento para auxiliar na superação da situação de crise econômica, opção que trouxe prejuízos para a empresa (Scaletsky, 2003, p. 102-110).

É significativo considerar que não apenas as dificuldades financeiras ocupavam os debates nacionais, mas também as discussões concernentes ao processo de construção de nova Constituição para o Brasil, ocorrido entre 1987 e 1988. Na segunda metade da década de 1980 vivenciou-se, portanto, um período de alteração do jogo político nacional por meio da elaboração de uma Carta

[1] Inicialmente, chamava-se *Centro de Estudos e Defesa do Petróleo*. Apenas em 1949 é ganhou o nome de *Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional* (CEDPEN). Ver: (Lamarão; Pinto, 2009)

[2] "Os anos 1980 marcaram o esgotamento do padrão de desenvolvimento inaugurado em 1930. O Estado, como pilar e liderança do modelo, atraiu para si o peso maior do ajuste e tornou-se o espaço de disputa dos interesses privados" (Scaletsky, 2003, p. 101).

Constitucional. Em momentos de transformação como esses, as funções, o tamanho e os mecanismos de intervenção do Estado – assuntos sempre presentes no espectro político nacional – se projetam de forma mais incisiva. As discussões sobre o petróleo nacional foram um dos temas que ganharam, nessa conjuntura dos anos oitenta, uma dimensão renovada (Scaletsky, p. 106-107).

Sustentando a relevância dos anos de 1987 e 1988 para a discussão sobre o monopólio estatal do petróleo e considerando a importância do estado do Rio de Janeiro para a atividade petrolífera – haja vista o fato de que nele se concentram a sede administrativa da Petrobrás, o *Centro de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação Leopoldo Américo Miguez de Mello* (Cenpes)[3] e significativas unidades da empresa como a Refinaria de Duque de Caxias (Reduc)[4] e a Bacia de Campos[5] – enuncio as questões que mobilizaram minha pesquisa: Quais atividades reivindicatórias envolveram os petroleiros do Rio de Janeiro nos anos de 1987 e 1988? Que espaço a discussão sobre o monopólio estatal do petróleo ocupava entre esses atores nesse período?

O objetivo geral da pesquisa foi, portanto, investigar a atuação dos trabalhadores do petróleo do estado do Rio de Janeiro durante os anos de 1987 e 1988, averiguando a relevância da problemática do monopólio estatal do petróleo entre eles durante esses anos.

Os objetivos específicos foram:

- Identificar momentos marcantes da indústria petrolífera no Brasil e de articulação dos trabalhadores do petróleo, bem como elementos das conjunturas econômica e política do Brasil na segunda metade dos anos 80.

- Analisar as mobilizações de que participaram os petroleiros do Rio de Janeiro nos anos de 1987 e 1988, descrevendo quais reivindicações estavam em questão nessas mobilizações e quais *repertórios* foram nelas utilizados.

- Averiguar de que forma os petroleiros do Rio de Janeiro se articularam em torno da questão do monopólio estatal do petróleo.

[3] Desde 1963, o Rio de Janeiro acolhe o *Centro de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação Leopoldo Américo Miguez de Mello* (Cenpes), instituição que realiza pesquisas importantes para o desenvolvimento da Petrobras. Ver: Tecnologia, 2021.
[4] A Refinaria Duque de Caxias (Reduc) está localizada no bairro de Campos Elíseos, em Duque de Caxias, município da Baixada Fluminense (Refinaria, 2023).
[5] A Bacia de Campos tem uma extensão que alcança o Sul do Espírito Santo e o Norte do Rio de Janeiro (Bastos; Bastos, 2017).

Importante salientar que, embora a Petrobras seja uma das maiores e mais simbólicas estatais do Brasil, ainda são pouco diversas as produções historiográficas sobre os petroleiros. Carlos Lucena (2004) e Eduardo Carnos Scaletsky (2003) são alguns nomes que realizaram pesquisas interessantes sobre os trabalhadores do petróleo. Além deles, outros autores que, com diferentes ênfases e concentrados em diferentes períodos, desenvolveram pesquisas sobre esses sujeitos foram Leda Leal Ferreira e Maria Aparecida Igutti (1996), Ligia Arneiro Teixeira Deslandes (2011), Paulo S. C. Neves (2002) e Alex de Souza Ivo (2018). Especificamente sobre petroleiros do Rio de Janeiro, menciono a dissertação de Iracema Christina Ramos Cruz, intitulada *Ouro negro: Sindicalismo petroleiro no Rio de Janeiro (1954/1964)* (1997).

Procedimentos metodológicos

A pesquisa aqui apresentada foi desenvolvida a partir da crítica documental. Compõem o repertório de fontes mobilizado, publicações de *Boletim ABI (1988)*, *Jornal do Brasil* (1987-1988)*, Jornal do Commercio* (1988)*, O Fluminense* (1988), *O Globo (1987-1988), O Pasquim (1987)*, *Rádio Tamanco* (1988). Além disso, foram examinadas fontes sindicais, como informativo e documentos do *Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Petróleo* (Sindipetro-RJ), boletins da oposição sindical *Surgente Associação,* publicação do *Departamento Nacional dos Petroleiros da* CUT*,* documentos esses encontrados na Coleção *Mozart Schimith Queiroz*, localizada no *Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro* (AMORJ). Outras fontes importantes foram a *Constituição Da República Federativa do Brasil de* 1988, as *Emendas Populares* (que foram enviadas para a Assembleia Nacional Constituinte), bem como o *Projeto de Constituição* (1987), produzido na chamada *Comissão de Sistematização*, uma das etapas do trabalho na Assembleia Nacional Constituinte.

Na primeira etapa desta pesquisa, ao encontro do primeiro objetivo específico apresentado, importantes transformações políticas e administrativas relacionadas ao estabelecimento do petróleo enquanto questão nacional foram referidas. O percurso de criação do Sindipetro-RJ foi outro importante tópico abordado, bem como mobilizações promovidas por trabalhadores do petróleo antes do golpe de 1964, perseguições decorrentes do golpe civil-militar e transformações sofridas pela Petrobras ao longo dos anos de arbítrio militar. Além disso, procedeu-se à

caracterização das conjunturas política e econômica nas quais se movimentaram os sujeitos da pesquisa.

Na segunda etapa, foi realizada a análise da documentação selecionada objetivando-se identificar as mobilizações das quais os petroleiros do Rio de Janeiro participaram nos anos de 1987 e 1988, as reivindicações que estavam em jogo nessas mobilizações e as ações recorridas para as fazerem ouvidas.

Na terceira etapa, maior atenção foi dada a questão do monopólio estatal do petróleo discutindo-a à luz do *processo constituinte* e investigando como essa pauta arregimentou os petroleiros, isto é, por meio de quais recursos eles defenderam a causa.

Importa considerar que o esforço de investigação das fontes citadas esteve elucidado por referenciais teóricos. Foram mobilizados os conceitos de *experiência,* desenvolvido pelo historiador inglês E. P. Thompson (1981, p. 180-200), e *repertório,* de Charles Tilly (1995 *apud* Alonso, 2012, p. 21-41).

A *experiência*, de Thompson (1981, p. 180-200), é a categoria que remete às formas como as pessoas provam as circunstâncias de suas próprias vidas. As *experiências* são mobilizadas de formas diversas e não, necessariamente, previstas e é essa possibilidade de lidar com, de operar com as experiências e de agir a partir delas que Thompson sobressalta. Daí, sua afirmação de que “Os homens e mulheres também retornam como sujeitos dentro desse termo” (Thompson, 1981, p. 182).

É assumindo esse conceito thompsoniano de *experiência* como referência teórica que me aproximo do objeto de estudo da pesquisa. Dessa forma, identifico as mobilizações pesquisadas como ações que, dentre outras coisas, responderam às relações experimentadas pelos petroleiros, ou seja, foram o próprio manejo, por parte desses trabalhadores, das *experiências* vividas.

O conceito de *repertório*, tal como desenvolvido por Charles Tilly (1995 *apud* Alonso, 2012, p. 21-41), foi outro recurso procedente. Apercebi-me dessa pertinência ao compreender que perguntar pelas estratégias que petroleiros (dentre outros atores grevistas) mobilizaram durante as iniciativas de confronto de 1987 e 1988 é perguntar pelo que Tilly identificou como *repertório*.

Conforme nos elucida Angela Alonso (2012), ao longo do tempo, Tilly reelaborou esse conceito. Após uma abordagem inicial que, nos termos de Alonso, compreendia *repertório* como “conjunto de formas de ação”, referindo-se aos modos de buscar o que se intenciona alcançar (Alonso, 2012, p. 23-24), Tilly aprofundou a

análise sobressaltando a dimensão interativa que envolve o conceito e atribuiu ênfase para o que se chama de usos, ou seja, as maneiras como os *repertórios* são mobilizados em cada situação conflitiva. Ele estava tratando das seleções, das adequações de rotinas feitas pelos atores com base no arranjo conflitivo (Alonso, 2012, p. 25).

Na reinterpretação do conceito de *repertório*, Tilly convocou a noção de *performance*, ferramenta por meio do qual considerou ainda mais a agency dos atores (Alonso, 2012, p.28). "Performance suplanta rotina como unidade mínima do repertório, [...]", explica Alonso (2012, p. 29). Recorrendo à metáfora do teatro, Tilly sustentou que há uma dimensão de improviso nos conflitos, trazendo foco para a forma particular como os agentes se apropriam dos *repertórios*, os modos como os mobilizam nas circunstâncias em que estão vivendo (Alonso, 2012, p.30).

Tais reflexões de Charles Tilly ajudaram a construir os caminhos de minha pesquisa. Adotando a compreensão tillyana de que "Repertóires are learned cultural creations, [...]; they emerge from struggle"[6] (Tilly, 1995, p.26) busquei identificar as circunstâncias que atravessavam os petroleiros durante os anos de 1987 e 1988 para entender quais eram suas lutas e, assim, mapear seus *repertórios*.

Além desses instrumentos de análise, também as reflexões de Diego Matheus de Menezes (2018) foram relevantes. Relacionando diferentes estudos sobre a temática, discute a articulação entre Estado e movimentos sociais[7] por meio da participação destes *em espaços institucionais* (Menezes, 2018). O *processo constituinte*[8] coetâneo às mobilizações estudadas, representou, justamente, uma possibilidade de participação civil no interior do aparelho estatal, dentro de um espaço institucional.

Respostas de Pesquisa

A primeira manifestação petroleira investigada foi a mobilização de março de 1987, permeada por um contexto de discordância em torno dos percentuais de

[6] Em tradução literal, "Repertórios são criações culturais aprendidas,...; eles emergem na luta".
[7] Embora a categoria movimentos sociais não seja diretamente mobilizada nesta pesquisa, o trabalho de Menezes (2018) foi considerado pertinente, porque traz elucidações importantes sobre a inserção de atores não estatais em espaços institucionais. Ver: Menezes, 2018.
[8] Considerei as reflexões de João Gilberto Lucas Coelho, que identifica a participação social como elemento importante tanto para promover o *processo constituinte*, quanto para garantir as possibilidades de participação popular em seu interior (Coelho, 2009, p. 22, 30).

reajuste (Greve dos petroleiros [...], 1987, p. 35), de oposição à estratégia de distinção de salários implementada pela Petrobras (Petroleiros [...], 1987, p. 5). Diante da ameaça de “operações de vigília e permanência”, houve resposta por meio de ágil presença militar. No Rio de Janeiro, a Refinaria Duque de Caxias, por exemplo, foi ocupada pelos militares. Também houve ocupações em Macaé (Exército [...], 1987a, p. 16).

Outras modalidades de reação diante da ameaça grevista foram identificadas. O presidente da Petrobras respondeu com a promessa de demissão dos envolvidos (Símbolos [...], 1987, p. 10). O recurso à noção de responsabilidade petroleira também foi acionado (Exército [...], 1987b, p. 31). Assim, para além das medidas de força que, conforme vimos, foram implementadas, o apelo ao dever social dos petroleiros foi recurso utilizado na tentativa de justificar a necessidade de continuidade das atividades da empresa.

Setembro de 1987 foi um novo momento de articulação da categoria petroleira. No mês de data-base da categoria, os trabalhadores requeriam 44, 45% de reposição e reparação da diferenciação implementada no início do ano, jornadas de trabalho diferenciadas para os diferentes segmentos de trabalhadores do ramo petrolífero, igualdade entre funcionários recentes e os demais, por exemplo (A empresa [...], 1987, p. 2).

O recurso ao “atraso de ponto” foi uma das estratégias utilizadas por trabalhadores em setembro, motivo pelo qual tiverem seus salários prejudicados. “Os companheiros de nível médio que participaram das mobilizações da campanha salarial de setembro, atrasando o ponto de 1 a 2 horas, foram descontados, inclusive com ameaça de não promoção, etc…” (Campanha [...], 1987, p. 2) De acordo com o periódico Surgente Associação, uma paralisação estava programada para o dia 30/09, entretanto, graças à intervenção do Sindipetro/RJ, ela não aconteceu (Uma mão [...], 1987, p. 1). Apesar dos esforços, uma publicação do Surgente Associação apontou para resultados insatisfatórios em setembro. O boletim reclamou que o reajuste conseguido foi baixo, atribuindo à direção sindical a responsabilidade pela negociação precária. “Os petroleiros obtiveram, em setembro/87, um dos menores índices de reajuste dentre as Estatais.” (Campanha [...], 1987, p. 2)

No ano de 1988, duas manifestações envolvendo petroleiros foram investigadas com mais atenção. A primeira delas foi a greve dos dias 03 e 04 de maio

de 1988 que, dentre outras coisas[9], constituiu-se em uma resposta à suspensão temporária da chamada URP (Unidade de Referência de Preços) estabelecida pelo Decreto Lei n. 2435 (Scaletsky, 2003, p. 125). Congregando trabalhadores de outros segmentos (URP, 1988, p. 17), essa greve teve, nos petroleiros do Rio de Janeiro, importantes adeptos. “A greve nacional de protesto contra o congelamento da URP paralisou cerca de 634 mil trabalhadores em todo o país”,[10] noticiou o periódico O Globo, em 04/05/1988, quando também se referiu à força da movimentação no Estado do Rio no primeiro dia da mobilização: “O movimento foi mais forte no Rio de Janeiro. A greve atingiu especialmente a Petrobras e os dois principais portos do país, de Santos e do Rio de Janeiro” (Greve [...], 1988a, p. 1).

Do conjunto de *performances* mobilizadas pelos manifestantes, identificamos a passeata pelo centro da cidade do Rio de Janeiro, que teve no edifício-sede da Petrobras, momento marcante (Manifestação, 1988, p. 19). A suspensão da “troca de turno” foi estratégia utilizada pelos trabalhadores de refinarias que, agindo dessa forma, obrigariam a empresa a encerrar as atividades nas unidades envolvidas.[11] No Rio de Janeiro, o piquete foi recurso mobilizado para conter a entrada no edifício-sede da empresa, o Edise (O dia [...], 1988, p. 18). A adesão dos trabalhadores do Edise, bem como os do CENPES foi elevada e saudada pela oposição sindical (Categoria [...], 1988, p. 1)

Reunindo as demandas em jogo e sintetizando os sentidos da greve de maio de 1988 para trabalhadores do Rio de Janeiro, Scaletsky (2003, p. 125) diz o seguinte:

> [...] As bandeiras: contra a extinção da URP, contra a privatização das estatais, pela reposição salarial de emergência e pelo fim do Conselho Interministerial de Salários - CISEEE. Vista pelos sindicalistas como um passo importante para derrotar o governo, *a greve no Rio de Janeiro foi saudada pela oposição sindical. Afinal, era seu ingresso na história do sindicalismo petroleiro* [grifo meu] (Scaletsky, 2003, p. 125).

Em novembro de 1988 aconteceu a segunda greve do ano analisada. Diferentemente da manifestação ocorrida em maio, a greve de novembro foi uma

[9] Scaletsky (2003, p.125), menciona outras reivindicações dos grevistas. Em edição do dia 04/05/1988, o periódico O Globo se referiu à causa da mobilização chamando atenção, também, para o seguinte aspecto: “A principal reivindicação da categoria é, segundo Mirth Xavier, a reposição de 94,5% referentes às perdas salariais ocorridas desde setembro do ano passado (data-base)” (Petrobrás [...], 1988, p. 18).
[10] Ao noticiar o número de 634 mil grevistas, o jornal se distancia da estimativa feita pela representação sindical, muito embora, não tenha deixado de mencioná-la (Adesão, 1988, p. 18).
[11] Houve divergência de informações entre a empresa Petrobrás e os sindicatos petroleiros em relação à participação das unidades. Ver: Petrobrás [...], 1988, p. 18.

mobilização exclusivamente petroleira. Ela foi deflagrada no dia 11 em oposição à decisão tomada pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST), que concedeu 4% de ganhos aos petroleiros (Scaletsky, 2003, p. 128). Importa considerar que, mesmo antes do parecer do TST, já se discutia a necessidade de articulação da categoria, entendendo-a, inclusive, como fator importante para influenciar as decisões do TST (Só adiantamento [...], 1988, p. 1).

A estratégia adotada pelos petroleiros nessa mobilização foi, efetivamente, a suspensão da atividade laboral. “Segundo o Presidente da Petrobras, o movimento foi pacífico e não foram formados piquetes: os empregados simplesmente não foram trabalhar, impedindo a troca de turno nas refinarias” (Movimento [...], 1988, p. 21). Em matéria veiculada no dia 12 de novembro, pelo Jornal do Commercio, mencionou-se a adesão de “60 mil petroleiros em todo o País” (Greve [...], 1988b, p. 6). A greve foi aderida pelas refinarias Landulpho Alves (BA), Presidente Bernardes (SP), Presidente Getúlio Vargas (PR) e Refinaria de Capuava (SP), por exemplo (Petrobras [...], 1988, p. 21).

Conforme o Sindipetro-RJ, a participação dos petroleiros do Rio de Janeiro foi muito expressiva (Greve [...], 1988b, p. 6). Dentre os envolvidos, identifiquei os petroleiros da Refinaria de Duque de Caxias, local em que houve um acordo a fim de que equipamentos continuassem funcionando (Petrobras [...], 1988, p. 21), e da Bacia de Campos (Lucena, 2004, p. 60). Além da suspensão das atividades, atos simbólicos compuseram o *repertório* dos grevistas, como o “abraço ao prédio” do Edise (Movimento [...], 1988, p. 21).

Logo de início, a Petrobras, por meio de representante, instou petroleiros ao compromisso com o país. Invocou-se, retoricamente, o dever moral dos trabalhadores da Petrobras, que não poderiam deixar ameaçado o interesse nacional. Essa é a ideia que está explicita na fala de Armando Guedes Coelho, presidente da empresa entre 1988 e 1989 (Veloso, 2010). Vejamos: “[...], faço um apelo aos funcionários para esquecerem os problemas de natureza pessoal, neste momento difícil, e pensarem na grande responsabilidade que têm, de abastecerem o País de derivados” (Petrobras [...], 1988, p. 21).

Quanto às tratativas para resolução dessa greve, uma circunstância foi sobressaltada por Scaletsky (2003, p. 128-129): a duplicidade de frentes de negociação. Afinal, enquanto um grupo representante dos petroleiros negociava com o ministro Aureliano Chaves, outro grupo tratava com José Sarney. Prevaleceu o

acordado entre o Presidente da República e o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), isto é, 15% de reajuste.

Para além dessas questões, verifiquei ser a questão do monopólio estatal do petróleo assunto pujante, reconhecendo manifestações explícitas dos petroleiros, do Rio de Janeiro (dentre outros), em relação a essa temática. Identifiquei, por exemplo, o relançamento da campanha "O petróleo é Nosso", em 28 de agosto de 1977, no Rio de Janeiro (Scaletsky, 2003, p. 115) e um *almoço de confraternização* no dia 23 de setembro (Em defesa [...], [19--]). Ambos, em prol do monopólio estatal do petróleo e em resistência aos contratos de risco. Um pouco antes, em julho, no 1º *Encontro Nacional dos Petroleiros da* CUT, o monopólio estatal do petróleo também foi alvo das atenções. Conforme edição n.º 3 do Departamento Nacional dos Petroleiros – CUT, essa questão estava presente na campanha salarial da categoria (Em defesa [...], 1987, p. 2). Nessa edição, informa-se a proposição, por parte dos "petroleiros da CUT", de implementação do monopólio estatal sobre a distribuição de *petróleo e seus derivados* (Em defesa [...], 1987, p. 2-4).

A luta dos trabalhadores do petróleo, dentre outros atores, a favor do monopólio pode ser exemplificada também na atuação da *Comissão de Defesa do Monopólio Estatal do Petróleo e contra os contratos de risco* que, em agosto de 1988, convocou um encontro na Academia Brasileira de Imprensa em que essa pauta, dentre outras, fora defendida (Ato [...], 1988, p. 4). Da comissão, fizeram parte a Associação dos Engenheiros da Petrobras – AEPET, o Sindipetro-RJ e o Sindipetro-Duque de Caxias, por exemplo (Acordo [...], 1988, p. 15).

Durante o *processo constituinte,* também identifiquei atuação da categoria petroleira em relação ao assunto. Naquele processo, estavam – teoricamente – abertas as possibilidades de transformações que fossem julgadas necessárias e a manutenção, ou não, do monopólio estatal do petróleo foi uma das questões em torno da qual se debruçaram os constituintes. O *Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Destilação e Refinaria de Petróleo no Estado do Rio de Janeiro* do Rio manifestou-se diretamente, enviando (acompanhado de dois sindicatos baianos) a Emenda Popular Nº 119-05 à *Assembleia Nacional Constituinte*. Tal emenda popular – que não tratou exclusivamente da questão petrolífera – propunha alteração do *Projeto de Constituição* ao incluir o monopólio estatal sobre o processamento do petróleo, dentre outras diferenças em relação ao texto do referido projeto (Brasil, 1987, p. 35; Brasil, 1988b, p. 5-6).

Sem adentrar à discussão de como a Emenda Popular Nº 119-05 foi recepcionada no Plenário da ANC[12], identifico que a proposição dessa emenda, por si mesma, já representa o esforço de participação de petroleiros do Rio de Janeiro, dentre outros, na discussão sobre o monopólio estatal do petróleo. A afirmação do monopólio estatal, no Artigo 177 da Constituição de 1988 – sem desconsiderar outros fatores que possam ter contribuído para tal – representou vitória inegável. Numa análise mais ampla dos ganhos que contemplaram petroleiros ao final da década de 1980, Scaletsky (2003, p. 132) relaciona os esforços sindicalistas à conquista: "Politicamente, o resultado mais efetivo das estratégias sindicais foi a manutenção do monopólio".

Considerações finais

Na pesquisa apresentada, sustentei que, durante os anos de 1987 e 1988, a questão do petróleo era assunto sensível, porque pujantes eram as discussões sobre a reorganização política do Brasil. Compondo esse cenário e, ao mesmo tempo, agindo em relação a ele, no decorrer desses anos, os petroleiros do Rio de Janeiro se manifestaram.

Essas movimentações expressam o agir de trabalhadores do petróleo do Rio de Janeiro diante das *experiências* provadas. Elas foram o trato, o manejo das circunstâncias experimentadas na esfera do trabalho. Os recursos utilizados em cada uma dessas mobilizações compuseram os *repertórios* dessas *ações* e, conforme vimos, tais *repertórios* congregaram procedimentos distintos que incluíram adesão à greve nacional de trabalhadores, participação em greve específica da categoria petroleira, piquete, passeata, ato simbólico em frente ao Edise, "atraso de ponto", suspensão do trabalho e – em defesa do monopólio estatal do petróleo – até mesmo participação formal no *processo constituinte* enviando proposta de emenda ao *Projeto de Constituição,* num exemplo interessante de *interações que ocorrem em espaços institucionais*, tal como discutido por Menezes (2018).

[12] Após a Comissão de Sistematização, as Emendas Populares ainda passaram pelo Plenário da ANC. Cada proposta de emenda ganhou, portanto, dois números de identificação: um número correspondente a etapa da Comissão de Sistematização e outro número, correspondente à análise no Plenário (Brasil, 1987, p. 13).

Referências

A EMPRESA negou. **Surgente Associação** – oposição sindical dos petroleiros/RJ, Rio de Janeiro, ano II, n. 53, p. 2, set. 1987.

ACORDO com a Texaco. **Boletim ABI** – órgão oficial da Associação Brasileira de Imprensa, Rio de Janeiro, ano 35, ed. 1-2, p. 15, jan./fev. 1988. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=027898&Pesq=monopólio%20estatal&p&pagfis=14. Acesso em: 12 jan. 2022.

ALONSO, Angela. Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito. **Sociologia & Antropologia**, Rio de Janeiro, v. 02, n. 03, p. 21–41, jun. 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/j/sant/a/vfhGhRrJCdbfGvvV3GG9wDJ/?format=pdf&lang=pt/. Acesso em: 22 jul. 2021

ATO pelo petróleo e minerais lota a ABI. **Boletim ABI** – órgão oficial da Associação Brasileira de Imprensa, Rio de Janeiro, ano 36, ed. 7-8, p. 4, jul./ago. 1988. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/027898/1756?pesq=CONTRATOS. Acesso em: 12 jan. 2022.

BASTOS, Gabriel; BASTOS, Ildeson Prates. Bacia de Campos: sumário geológico e setores em oferta. **ANP**, 2017. Disponível em: https://www.gov.br/anp/pt-br/rodadas-anp/rodadas-concluidas/concessao-de-blocos-exploratorios/14a-rodada-licitacoes-blocos/arquivos/areas-oferta/sumario-campos.pdf. Acesso em: 10 jan. 2024.

BRASIL. [Projeto de Constituição (1987)]. **Assembleia Nacional Constituinte**: Projeto de Constituição (da Comissão de Sistematização). Vol. 226. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, [1987]. Disponível em: https://www.camara.leg.br/internet/constituicao20anos/DocumentosAvulsos/vol-226.pdf. Acesso em: 26 jan. 2022.

BRASIL. **Assembleia Nacional Constituinte**: Comissão de Sistematização (Emendas Populares). Vol. 230. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, [1988a]. Disponível em: https://www.camara.leg.br/internet/constituicao20anos/DocumentosAvulsos/vol-258.pdf. Acesso em: 15 jan. 2022.

BRASIL. [Emendas Populares (1988)]. **Assembleia Nacional Constituinte**: Emendas Populares. Vol. 258. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, [1988b]. Disponível em: https://www.camara.leg.br/internet/constituicao20anos/DocumentosAvulsos/vol-258.pdf. Acesso em: 15 jan. 2022.

CAMPANHA salarial emergencial. **Surgente Associação** – oposição sindical dos petroleiros/RJ, Rio de Janeiro, ano II, n. 58, p. 2, 17 dez. 1987.

CATEGORIA responde às punições com adesão à greve. **Surgente Associação** – oposição sindical dos petroleiros/RJ, Rio de Janeiro, n. 61, p. 1, mai. 1988.

COELHO, João Gilberto Lucas. Processo constituinte, audiências públicas e o nascimento de uma nova ordem. *In:* ARAÚJO, José Cordeiro de; AZEVEDO, Débora

Bithiah de; BACKES, Ana Luiza (org.). **Audiências públicas na Assembleia Nacional Constituinte**: a sociedade na tribuna. Brasília: Edições Câmara, 2009. p. 21-50. Disponível em: http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/1882. Acesso em: 10 jan. 2021.

CRUZ, Iracema Christina Ramos. **Ouro negro**: sindicalismo petroleiro no Rio de Janeiro (1954/1964). Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

CRUZ, Maria Cecilia Soares. **Território e sindicalismo no Brasil**: uma análise a partir do sindicato dos petroleiros do norte fluminense. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ, 2017.

DESLANDES, Ligia Arneiro Teixeira. **As lutas pós-coloniais dos trabalhadores(as) do petróleo**: a construção dos saberes, poderes e práticas no cotidiano sindical. São Paulo: Biblioteca 24 horas, 2011.

EM defesa da Petrobrás, em defesa do monopólio estatal do petróleo, contra os contratos de risco [panfleto]. [19--].

EM defesa do monopólio estatal do petróleo, pela anulação dos contratos de risco e pela estatização da distribuição. **Departamento Nacional dos Petroleiros – CUT**, [*S.l.*], ano I, n. 3, p. 2 e 4, jul./ago. 1987.

ESTOCAGEM pode gerar falta de gás de cozinha. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano 63, n. 19.887, Primeiro Caderno, p. 19, 04 mai. 1988. Disponível em: https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=198019880504/. Acesso em: 27 fev. 2022.

EXÉRCITO intervém em refinarias e regiões produtoras da Petrobrás. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano 62, n. 19.470, Primeiro Caderno, Economia, p. 16, 11 mar. 1987a. Disponível em: https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=198019870311/. Acesso em: 05 fev. 2022.

EXÉRCITO desocupa quatro refinarias da Petrobras. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano 62, n. 19.471, Primeiro Caderno, Economia, p. 31, 12 mar. 1987b. Disponível em: https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=198019870312/. Acesso em: 05 fev. 2022.

FERREIRA, Leda Leal; IGUTI, Aparecida Mari. **O trabalho dos petroleiros**: perigoso complexo, contínuo e coletivo. São Paulo: Fundacentro, 1996.

GREVE força Petrobrás a importações de emergência. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, Ano 96, n.330, 1º Caderno, p.35, 8 mar. de 1987. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_10&pasta=ano%20198&pesq=ex%C3%A9rcito%20ocupa%20refinarias%20para%20garantir%20combustivel&pagfis=193813. Acesso em: 28 maio 2022.

GREVE atinge Petrobrás e portos e é maior no Rio. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano 68, n. 19.887, p. 1, 04 mai. 1988a. Disponível em: https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=198019880504/. Acesso em: 21 fev. 2022.

GREVE de petroleiros pára 70% da categoria. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, ano 162, n. 35, 1° Caderno, p.6, 12 nov. 1988b. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_17&Pesq=petroleiros&pagfis=84025. Acesso em: 28 fev. 2022.

IVO, Alex de Souza. **Uma história em verde, amarelo e negro**: classe operária, trabalho e sindicalismo na indústria do petróleo (1949-1964). Dissertação (Mestrado em História) – UFBA, Salvador, 2018.

IVO, Alex de Souza. **O sindicalismo petroleiro e a questão nacional entre a democracia e a ditadura (Bahia, 1957-1968)**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

LUCENA, Carlos Alberto. **Tempos de destruição**: educação, trabalho e indústria do petróleo no Brasil. 1ª ed. Campinas-SP: Autores Associados, 2004.

MANIFESTAÇÃO de servidores públicos agita centro do Rio. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano 63, n. 19.887, Primeiro Caderno, p. 19, 04 mai. 1988. Disponível em: https://oglobo.globo.com/acervo. Acesso em: 05 jan. 2022.

MENEZES, Diego Matheus de. O campo recente de estudos sobre os movimentos sociais no Brasil: um balanço crítico a partir dos conceitos de permeabilidade estatal e repertórios. **Ideias**, Campinas-SP, v. 9, n. 1, p. 101–124, 2018.

MOVIMENTO atinge todo o País. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano 64, n. 20.079, Primeiro Caderno, Economia, p. 21, 12 nov. 1988. Disponível em: https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=198019881112/. Acesso em: 28 fev. 2022.

NEVES, Paulo S. C. O sindicalismo na indústria petrolífera no Brasil. *In*: **Scripta Nova** – Revista Electrónica de Geografia e Ciencias Sociales, Barcelona, v. 6, n. 119, 2002. Disponível em: http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn119101.htm. Acesso em:15 maio 2021.

O DIA em que a sede do Edise quase ficou vazia. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano 68, n. 19.887, Primeiro Caderno, p. 18, 04 mai. 1988. Disponível em: https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=198019880504/. Acesso em: 05 jan. 2022.

PETROBRÁS enfrenta maior greve de sua história. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano 64, n. 20.079, Primeiro Caderno, Economia, p. 21, 12 nov. 1988. Disponível em: https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=198019881112/. Acesso em: 28 fev. 2022.

PETROBRÁS enfrenta maior greve de sua história. **O Globo,** Rio de Janeiro, ano 64, n. 20.079, Primeiro Caderno, Economia, p. 21, 12 nov. 1988. Disponível em: https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=198019881112/. Acesso em: 22 fev. 2022.

PETROLEIROS querem reajuste maior e podem entrar em greve. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 96, n. 331, 1º Caderno, p. 5, 09 mar. 1987. Disponível em:

https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_10&Pesq=greve&pagfis=134110/. Acesso em: 31 dez 2021.

PINTO, Simone Araújo; LAMARÃO, Sérgio. Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional (CEDPEN). *In:* ABREU, Alzira Alves de *et al.* (coord.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro.** Rio de Janeiro: CPDOC, 2009. Disponível em: https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-tematico/centro-de-estudos-e-defesa-do-petroleo-e-da-economia-nacional-cedpen. Acesso em: 05/03/2024.

SCALETSKY, Eduardo Carnos. **O patrão e o petroleiro**: um passeio pela história do trabalho na Petrobras. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2013.

SÍMBOLOS do perigo. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 96, n. 333, 1º Caderno, p. 10, 11 mar. 1987. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_10&Pesq=petroleiros&pagfis=134171/. Acesso em 05 fev. 2022.

SÓ adiantamento, não basta. **Surgente Associação – oposição sindical dos petroleiros/RJ**, Rio de Janeiro, ano 2, n. 73, p.1, 03 out. 1988.

TECNOLOGIA e inovação. **Petrobrás**, 2021. Disponível em: https://tecnologia.petrobras.com.br/. Acesso em: 22 jul. 2021.

THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, pp.180-200.

TILLY, Charles. Contentious repertoires in Great Britain, 1758-1834. *In:* TRAUGOTT, Mark. **Repertoires and cycles of collective action**. Durham-NY: Duke University Press, 1995. p. 15-42.

REFINARIA Duque de Caxias (Reduc). **Petrobrás**, 2023. Disponível em: https://petrobras.com.br/quem-somos/refinaria-duque-de-caxias. Acesso em: 10 jan. 2024.

UMA mão lava a outra. **Surgente Associação** – oposição sindical dos petroleiros/RJ, Rio de Janeiro, ano 2, n. 58, p.1, 17 dez. 1987.

URP continuará suspensa este mês. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano 63, n. 19.887, Primeiro Caderno, p. 17, 04 mai. 1988. Primeiro Caderno, p. 17. Disponível em: Acervo Digital | Jornal O Globo. Acesso em: 19 fev 2022.

VELOSO, Verônica Pimenta. Armando Guedes Coelho. *In*: ABREU, Alzira Alves de *et al*. (coord.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2009. Disponível em: https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/coelho-armando-guedes. Acesso em: 28 fev 2022.